

Nesta edição: VII Encarte Pedagógico *Direitos da Criança e do Adolescente*

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVI • Nº 378
Brasília-DF • Setembro 2015



BARBÁRIE e RESISTÊNCIA



Duas imagens contrastantes. Expostos como animais em um zoológico e, quase 40 anos depois, desafiando autoridades governamentais. Vítimas de ações violentas e equivocadas do Estado brasileiro, os Avá-Canoeiro do Rio Araguaia além de, surpreendentemente, terem sobrevivido, se empoderaram política e culturalmente e lutam por uma terra exclusiva para eles.

CPI do Cimi: mais um ataque ruralista aos povos indígenas e seus aliados

“Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino de Deus”
 (MT 5, 10)

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lamenta que a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul (MS) perca seu tempo com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ação missionária da entidade junto aos povos originários.

A CPI em questão faz parte da estratégia de ataques ruralistas aos povos indígenas e seus aliados. Proposta pela fazendeira e deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) e subscrita por outros deputados fazendeiros, a Comissão foi criada, por Despacho assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Junior Mochi (PMDB), e publicada em 18 de setembro, no Diário Oficial.

No Mato Grosso do Sul, uma parte dos fazendeiros e seus jagunços têm atuado através de milícias armadas que, em menos de um mês, desferiu mais de dez ataques paramilitares contra o povo Guarani-Kaiowá dos *tekoha* Nanderú Marangatú, Guyra Kamby'i, Pyelito Kue e Potreiro Guasu. Como resultado deste intenso período de terror, o líder Guarani-Kaiowá, Semião Vilhalva foi assassinado, três indígenas foram baleados por arma de fogo, vários foram feridos por balas de borracha e dezenas de indígenas foram espancados. São fortes também os indícios de que indígenas sofreram tortura e há denúncias da ocorrência de um estupro coletivo contra uma Guarani-Kaiowá.

Nos últimos 12 anos, ao menos 585 indígenas cometeram suicídio e outros 390 foram assassinados no Mato Grosso do Sul. O estado tem 23 milhões de bovinos que ocupam aproximadamente 23 milhões de hectares de terra. Enquanto isso, com os procedimentos de demarcação paralisados, os cerca de 45 mil Guarani-Kaiowá continuam espremidos em apenas 30 mil hectares de suas terras tradicionais.

Num estado onde ocorrem estes alarmantes casos de violências contra os povos indígenas, certamente há muito a ser investigado e denunciado. No entanto, não é o Cimi o causador desta situação. Por isso, não é investigando e tentando criminalizar o Cimi que serão encontradas soluções para esta situação que se alonga ao longo da história.

Neste sentido, entendemos que a “CPI do Cimi” abrirá oportunidades para repercussão, nacional e internacional, dos crimes cometidos pelo agronegócio e pelo estado sul mato-grossense contra os Guarani-Kaiowá e demais povos originários daquele estado. A CPI será um momento propício para identificar e expor o nome das empresas, muitas delas multinacionais, que investem e lucram com a exportação de *commodities* agrícolas, tais como carne bovina, açúcar de cana, agrocombustíveis e soja, dentre outros, produzidos no Mato Grosso do Sul.

Avaliemos que a CPI poderá também servir para dialogar com cidadãos de outros países, que consomem estes produtos. Será importante que as pessoas saibam, por exemplo, para onde é vendida e quem consome a carne dos bois que são engordados pisoteando a terra sagrada e manchada com sangue indígena no Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, com os demais aliados dos povos indígenas, poder-se-á identificar e explicitar aqueles que financiaram as campanhas milionárias dos fazendeiros que se elegeram e ocupam cargos nos poderes Legislativo e Executivo no estado.

Todo investimento financeiro no agronegócio sul mato-grossense alimenta o ódio ruralista e a morte de indígenas naquele estado. Por isso, como medida urgente e estruturante para a solução de conflitos e a superação deste quadro social estereotipado, o Cimi entende que se faz necessário, e reforçará, a incidência internacional a fim de que se estabeleça, por parte de outros países, uma “moratória das importações de *commodities* agrícolas produzidas no MS”, até que as terras indígenas sejam devidamente demarcadas e devolvidas aos povos originários pelo Estado brasileiro.

No Mato Grosso do Sul, o agronegócio controla significativas fatias de poder do estado oficial e age também por meio de um “Estado paralelo” atentando contra a vida dos povos originários e de seus aliados. Oxalá a “CPI do Cimi” possa servir para que o mundo saiba mais sobre o sofrimento dos povos indígenas e de como eles almejam o Bem Viver, a Vida Plena (conf. Jo 10,10) no Mato Grosso do Sul.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2015
 Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Porantinadas

Realidade manipulada

A advogada Luana Ruiz Silva, filha dos fazendeiros Pio Queiroz e Roseli Maria Ruiz (presidente do Sindicato Rural de Antônio João), encaminhou um áudio ao *Campo Grande News* em que defende o uso de armas para garantir o direito de propriedade. Ela também teve o disparate de dizer que “não existe assassinato de índios por produtores rurais” e atribuiu a transformação de mortes comuns em “bandeiras” de ONGs. Ao acusar os indígenas de seus próprios assassinatos, ela omite, dentre outros, o fato de que sua própria mãe incitou o ataque a Nanderú Marangatú, que culminou com a morte de Semião Vilhalva.

Pátria DEEducadora

Apenas 54,4% das escolas indígenas estão regulamentadas e 1/3 delas não possuem prédio escolar, sendo improvisadas embaixo de árvores ou nas casas dos professores. Mais da metade das escolas não possuem abastecimento de energia elétrica pela rede pública (56,41%), nem água potável (58,4%). Faltam merenda e equipamentos básicos. Material didático na língua nativa, nem pensar. Esses dados do recente censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) evidenciam mais uma vez que, também na educação, os direitos indígenas são vergonhosamente ignorados.

Descaso que mata

Em reportagem publicada no final de agosto, o *El País* aponta que, segundo dados do Ministério da Saúde, em 2013 (dados mais recentes disponibilizados), 793 crianças indígenas morreram antes de completar um ano de vida no Brasil. A taxa de mortalidade infantil indígena foi de 43,46 mortes por 1.000 nascidos vivos, número duas vezes maior do que a média do Brasil (15) e similar à da Namíbia. Os Yanomami apresentaram a pior taxa de mortalidade infantil naquele ano: 149, o mesmo que Angola tinha nos anos de 1990. O crescente investimento na área, torna difícil entender esta tragédia. Somente em 2015, por exemplo, os 34 distritos sanitários receberam R\$ 1,39 bilhão de reais!!

CPI do Cimi



Jovens indígenas de Pernambuco vão à Casa da Torre por memória e verdade

Renato Santana – Assessoria de Comunicação, enviado a Cabrobó (PE)

Na obra teatral *O Massacre de Angico*, o ator e diretor Zé Pimentel criou um monólogo para o coiteiro de Lampião, o “caboclo” Pedro Cândido, natural das margens alagoanas do Rio São Francisco e barbaramente torturado pela Volante para revelar o refúgio do grande capitão de um dos últimos ciclos do Cangaço. Depois de apanhar e ver a própria família ameaçada, Pedro Cândido diz onde está instalado o derradeiro acampamento de Lampião e seus “cabas”, então pegos de surpresa pelas forças policiais, para em seguida rogar pragas contra si próprio e gritar: “Eu traí o Sertão”. O brado enramado pelo personagem ecoou na noite julina de Serra Talhada (PE), cidade sertaneja onde Lampião nasceu e partiu para enfrentar latifundiários, coronéis e o Estado.

Desde o início da colonização, o Sertão sempre foi um espaço de resistência. Lampião simbolizava e liderava mais um episódio histórico de uma trajetória de embates com o Estado, seja no Período Colonial ou Republicano, iniciada quando a máquina assassina colonizadora, aportada inicialmente na região Nordeste, saiu do litoral rumo ao Sertão. Trair Lampião, pois, era trair todo esse percurso histórico de rebeliões e guerrilhas, e se assim Pedro Cândido entendeu ou não, a interpretação de uma peça teatral escrita, dirigida e encenada por sertanejos, assistida por outros milhares de sertanejos, demonstra que esse é o entendimento apreendido coletivamente e trabalhado nas manifestações da cultura popular. Reparando ainda mais nessas manifestações históricas de resistência, os povos indígenas sempre estiveram nelas. O Cangaço teve início, no século XIX, por uma rebelião indígena. Nos meios antropológicos e indigenistas é bem comum ouvir: o sertanejo é antes de tudo um índio.

Essas histórias dos sertões e as resistências ao projeto colonial foram alvo de um projeto de formação da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (Cojipe). As lideranças indígenas partiram do Sertão de Pernambuco, da Terra Indígena Truká, para as ruínas da Casa da Torre, no litoral baiano, sede do projeto de colonização que se instalou no Nordeste a partir do século 16. O grupo, composto por jovens representantes dos doze povos indígenas de Pernambuco, partiu da Ilha de Assunção, em Cabrobó, e visitou ainda o local onde ficava o Arraial de Belomonte, a famosa Canudos, liderada por Antônio Conselheiro. “A intenção é mostrar para nós, jovens indígenas, que fazemos parte de uma resistência muito antiga ao Estado colonial. A Casa da Torre está em ruínas e hoje lutamos por nossas terras. O Toré que os colonizadores proibiam nossos antepassados de dançar, agora vamos lá dançar sobre as ruínas deles”, diz Guilherme Xukuru.

Os povos indígenas protagonizaram ou fizeram parte dos principais episódios de resistência no Nordeste. Da Cabanada ao Cangaço, passando por Canudos, até as mais recentes lutas por terras tradicionais, que têm como principal mártir Xikão Xukuru, assassinado em 1998. Para o indigenista e integrante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Saulo Feitosa,

“A Casa da Torre representa a concentração fundiária, a expropriação, o esbulho. O poder se deu com base na usurpação, na desterritorialização dos povos indígenas.”



Os povos indígenas protagonizaram ou fizeram parte dos principais episódios de resistência no Nordeste

o Brasil está vasculhando “a parte podre da história no ciclo republicano”, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), onde a sociedade passou por várias ditaduras. “Para fazer um diálogo com essa conjuntura, foi pensado esse projeto. Fazer uma leitura do processo de colonização, no primeiro módulo, e depois priorizar alguns momentos dessa história. Entra a experiência de Canudos, por exemplo, por ser este um movimento de resistência que articulou vários povos e grupos e por ter uma proposta de construir uma sociedade diferenciada”, explica.

Para Feitosa, a luta indígena está também nessa “memória perigosa”, no campo do imaginário coletivo. “O trajeto significa ir até esses sítios históricos e fazer uma leitura crítica dos acontecimentos. A intenção é pensar numa perspectiva descolonial e partir para a leitura crítica dos povos. A colonização vem do litoral para o Sertão e o Sertão se fortalece e se empodera”, afirma Feitosa, que segue: “É um ataque simbólico à Casa da Torre. Esses povos, que a Casa da Torre tentou aniquilar, se empoderaram no contexto histórico. É uma vergonha pra Casa da Torre. Garcia D’Ávila, você é um merda. Vimos cuspir sobre o seu cadáver”, enfatiza Feitosa.

A Casa da Torre representa a concentração fundiária, a expropriação, o esbulho. Garcia D’Ávila era uma espécie

D’Ávila. Eles distribuíam as terras, as controlavam. Frei Martim de Nantes, no século 18, por volta de 1726, mostra os confrontos dos indígenas com os D’Ávila, que começavam a invadir as ilhas do Rio São Francisco”, explica Feitosa.

“A Casa da Torre hoje se multiplica. O Estado Nacional tem donos. O Estado não está a serviço da sociedade, está apropriado por grupos. A estrutura agrária é também a estrutura estatal. O que é o agrogêcio? Hoje continua sendo necessário combater e transformar essa situação. A concentração fundiária precisa ser combatida”, sistematiza Guilherme Xukuru. O caso Pankararu é exemplar. Nos anos 1980, os invasores da terra indígena alegavam que todo o território reivindicado pelos indígenas foi doado pelo Garcia D’Ávila.

“Nós estamos onde começou a invasão do que os europeus chamaram de Novo Mundo, o Nordeste. Esse modelo colonial vai ser exportado para outras regiões. Toda faixa litorânea vai sofrer da mesma forma. Outros D’Ávila surgiram. Aqui vamos identificar um representante desse modelo. Apenas um. E essa relação promíscua entre o Estado e os latifundiários segue. As relações passam pelo governo desde os relatos mais antigos a que podemos ter acesso nessa formação. Por isso traçar essa cadeia histórica é essencial para as jovens lideranças indígenas, que seguirão construindo o projeto de futuro de seus povos e do movimento indígena como um todo”, encerra Cristiane Pankararu. ♦

“A Casa da Torre hoje se multiplica. O Estado Nacional tem donos. O Estado não está a serviço da sociedade, está apropriado por grupos.”

de governador desse poder colonial, sinônimo do modelo agrário do país colonial, que depois vira republicano. O poder se deu com base na usurpação, na desterritorialização dos povos indígenas. A figura da Capitania Hereditária entra nesse contexto e, então, surge a figura do latifundiário, do coronel – muito forte até os dias de hoje no Nordeste. “O que hoje conhecemos por Nordeste brasileiro acabou vitimado pela ação dos Garcias

I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Quem ganha? Quem perde?

Em um contexto extremamente desafiador para os povos indígenas, marcado por severas violências nos territórios e ameaças sem precedentes aos seus direitos, é essencial aprofundar a reflexão sobre este evento internacional. Afinal, qual é o objetivo desse jogos mundiais indígenas?

Egon Heck, Secretariado Nacional do Cimi

Na medida em que se aproxima a data da realização do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), em Palmas, no Tocantins, aumentam as dúvidas e interrogações em relação ao processo de organização, aos recursos investidos, aos participantes e aos interesses em jogo. É importante refletir criticamente sobre esse “palco” mundial para considerar tudo o que está para aquém e além do que acontecerá nas arenas e nos espaços dos jogos.

Jogos indígenas locais e regionais já acontecem há muito tempo entre os diversos povos do país. Porém, eventos nacionais são bem mais recentes. O primeiro aconteceu há menos de duas décadas, em 1996. A partir de então foram realizados anualmente, em parceria com o Conselho Intertribal e o governo federal. Neste ano de 2015 os jogos indígenas estão tendo uma dimensão muito mais ampla, a mundial.

Limpar o campo

Quando em janeiro de 1972 cheguei, com outros colegas da Operação Anchieta, na aldeia de Sagarana, Rio Guaporé, no município de Guajará Mirim, em Rondônia, estava com a curiosidade aguçada. Pela primeira vez pisava num território indígena. Tudo era objeto de registro pela retina e pelas sensações no coração. Um objetivo nobre nos movia. Ajudar uma comunidade indígena sobrevivente de um desastroso e recente (na época) contato/pacificação. Isso foi na década de 1960. Período em que ocorria a expansão das frentes extrativistas e agropecuárias na região.

Um pouco mais de uma centena de Oro Wari sobreviventes de uma epidemia de sarampo foram levados para uma terra da Prelazia, que se propôs a lutar pela sobrevivência desse grupo.

Quando lá chegamos, encontramos a “Colônia Indígena Sagarana” (essa era a concepção da época) em fase de recuperação, e bastante alegria. Jovens na época, não estranhamos o rápido convite para jogar futebol com eles. Era um campo mais ou menos plano, coberto em grande parte por um alto capim. Entendemos que a limpeza do campo poderia ser uma das primeiras atividades em torno da qual poderíamos mobilizar a juventude. Foi o que aconteceu. No entanto, o trabalho de limpeza não entusiasmou tanto o grupo, como pensávamos. Mas isso não foi obstáculo para que dentro de pouco tempo a bola estivesse rolando, ora visível, ora invisível perdida no meio do capim.



Os povos Oro, que vivem em regiões de seringueiras nativas, fazem bolas de látex da seringa, bem como tambores e outros artesanatos.

Início com esse fato a reflexão e o debate sobre os Jogos Mundiais Indígenas no intuito de fazer desse momento de celebração e competição também uma análise da conjuntura política do Estado Brasileiro em relação aos povos indígenas.

Jogos tradicionais indígenas

x

jogos competitivos, modernos

Um texto sobre os “jogos tradicionais indígenas”, de Rafael Aguiar e outros autores, publicado em julho deste ano, traz alguns elementos que gostaríamos de destacar e dialogar.

1. A grande diversidade de jogos - Se levarmos em conta um universo de 305 povos indígenas no Brasil e multiplicarmos isso pelas dezenas de jogos praticados

por cada povo estaremos diante de um fenômeno riquíssimo de diversidades lúdicas e práticas corporais sobre as quais temos um mínimo e, provavelmente, distorcido conhecimento. Uma enorme riqueza a ser partilhada pelos povos e sociedades, e que pode contribuir para um processo de respeito, valorização e descolonização.

2. Rituais sagrados e ancestrais - “São rituais, espiritualidade, celebração”, conforme afirmou Antônio Apinajé no recente *Manifesto Crítico sobre os Jogos Mundiais Indígenas*. “As corridas de toras, o tiro com arco e flecha e a canoagem são afazeres cotidianos e fazem parte da vida e da espiritualidade dos povos indígenas. Nas aldeias muitas práticas e cerimoniais indígenas são rituais sagrados e não podem ser mercantilizados, banalizados e transformados em folclore e espetáculo para turistas não-índios”.

3. Assimilação de normas sociais e tradicionais - Os jogos para os indígenas “possuem características lúdicas por onde permeiam mitos e valores culturais de cada etnia, assim os jogos precisam de um aprendizado específico de atividades motoras, estratégias e/ou chances, sendo geralmente jogados em rituais ou visando à preparação do jovem para sua vida adulta, tendo regras dinamicamente estabelecidas. Desta forma, os jogos tradicionais são práticas corporais que colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos sejam assimilados por meio dos indivíduos, tendo como base as tradições” (Rocha Ferreira 2015).

4. Esportivização e competição - Rafael Aguiar, no estudo acima mencionado, faz alusão à resignificação de valores culturais, fazendo com que sejam construídas novas relações sociais – a organização de equipes, torneios, torcidas, identidades e rivalidades. Ele afirma que “o processo de esportivização tende a padronizar, sob forma de regras e regulamentos, os jogos tradicionais indígenas para propiciar competição”.





Jogos fora do território indígena trazem sempre a reivindicação da volta à terra própria e a ameaças da transformação da cultura em folclore e do lúdico em competição

Jorge Valente

confisco de suas terras. Jogos fora do território indígena levam sempre a marca de uma reivindicação: a volta à terra própria, mas levam também a marca de duas ameaças: a de uma transformação da própria cultura em folclore e da transformação dos momentos lúdicos em competição capitalista”.

6. O belo, o exótico e o Brasil que não somos

Os 28 caciques do povo Krahô, ao se negarem a participar dos jogos, afirmaram que não poderiam permitir que seu povo servisse de vitrine: “Nós não pintamos nossos corpos para sairmos bonitos nas fotos; pintamos para expressar nossa história, nossas conquistas e tradições. Portanto, quem quiser fazer foto do povo Krahô venha participar dos nossos jogos tradicionais Krahô. Desta forma, qualquer cidadão do mundo poderá conhecer melhor nossa cultura e nosso jeito”.

Liderança do povo Terena, Lindomar Ferreira avalia que “Esses jogos escondem a verdadeira face do governo no massacre dos povos indígenas”. Um dos maiores males que o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas no Brasil poderá trazer será o reforço e a instrumentalização pelo Estado brasileiro da imagem de país em perfeita harmonia com seus povos originários. Será jogar toda a violência e o massacre (passado e atual) pra debaixo do tapete. Enquanto está em curso um dos processos mais violentos contra os direitos indígenas da história deste país, os jogos podem ser o álibi do “tudo está bem”.

7. Quem paga dá o tom

Um manto ou caixa preta envolve as cifras dos investimentos nos jogos e sobre quem paga a conta. Em recente debate realizado em Palmas, o secretário Extraordinário dos Jogos Indígenas, Hector Blanco, chegou a afirmar que todo o financiamento era feito pela iniciativa privada, ou seja, as empresas, o agrotóxico. “Como assim?”, cabe questionar. Os mesmos que jogam veneno sobre as aldeias, poluem os rios, destroem o meio ambiente e assassinam indígenas, são estes que vão financiar os jogos? Estarão fazendo isso como obra humanitária? O capital só vê cifras. Certamente estão vendo dividendos na primeira esquina. Hector, posteriormente, admitiu que recursos públicos também serão investidos no evento. Em entrevista por telefone à assessoria de comunicação do Cimi em setembro, ele afirmou que os gastos dos governos seriam em torno de R\$ 100 milhões. No entanto, a própria imprensa governamental já havia anunciado que R\$ 160 milhões seriam investidos pelos

governos nos Jogos. A imprensa também manifestou o entusiasmo e empenho da ministra da Agricultura Kátia Abreu, que teria conseguido R\$ 10 milhões para os jogos.

Posicionamentos dos povos

Além dos povos Apinajé, Krahô e da Grande Assembleia Aty Guasu Guarani-Kaiowá terem divulgado notas públicas em que explicam seus motivos para não participarem do I JMPI, outros povos e lideranças indígenas também já manifestaram suas posições:

Durante o 4º Encontro Continental da Nação Guarani, com participantes da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil, a nação Guarani afirmou que não participará dos Jogos. A decisão foi tomada após debaterem o evento e questionarem as altas somas que serão gastas, enquanto os Guarani dos quatro países estão submetidos ainda a uma situação de genocídio e extrema vulnerabilidade.

O cacique Babau Tupinambá avalia que “Os Tupinambá nunca participaram dos jogos indígenas nacionais. E, se convidados, certamente não participaríamos. Não sou contra os jogos, que podem ser um espaço de interação onde se partilham vidas e lutas. Agora, não posso concordar que se faça os Jogos Mundiais Indígenas para tentar ocultar a gravíssima situação de violência e negação de direitos que nossos povos estão passando”. Na sua opinião o governo brasileiro, para ser coerente e sincero, deveria adiar os jogos e começar a cumprir o que a Constituição determina, além de punir os criminosos e assassinos das lideranças indígenas.

Também da Bahia, Nailton Pataxó, em sua participação no seminário realizado em Palmas, no final de setembro, foi taxativo ao afirmar que “esses jogos são uma forma de mascarar a grande violência a que nossos povos são submetidos. É tentar desviar o foco das nossas lutas por terras e nossos direitos. É dizer que o Brasil trata bem suas populações indígenas, quando não é verdade.” Afirmando que o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe não participará desses jogos, ele garantiu que “nossa participação será nas ruas”.

O cacique Lindomar Terena considera também que “Somente a mobilização direta dos povos fará com que rompamos as cercas que nos separam do nosso Bem Viver. É a única ação que pode mudar essa triste realidade”.

Quem chora e quem ri

“Como posso cantar e jogar
 Enquanto meus parentes
 Estão subjugados e submetidos
 À toda sorte de violência,
 À beira das estradas,
 Suas terras negadas e violadas,
 Suas culturas ultrajadas e folclorizadas?
 Como posso me alegrar e sorrir,
 Enquanto o capital e os Estados nacionais
 Negam a nossa existência nos
 Estados plurinacionais e multiculturais,
 Reduzindo-nos a realidades passageiras,
 Que em breve não existirão mais?
 Como podemos encantar nossas vidas
 Com as flores e o verde da primavera
 Se pesam sobre nós os grilhões da escuridão
 E escravidão sem trégua?
 Vamos jogar fora esse jugo colonial
 Essa condenação secular,
 Traduzida em violência e genocídio
 E vamos à luta, guiados pelo sol e pela lua,
 Fortalecidos pelos deuses e espíritos guerreiros,
 Acolhidos pela Mãe Terra!
 Se é guerra que nos movem,
 A esperança e a certeza da vitória nos mobilizam
 Nesses jogos mundiais indígenas!”

(Egon Heck)



“Mais vivos do que nunca”

Dos onze Avá-Canoeiro do Rio Araguaia encontrados pela Frente de Atração da Funai, em 1973, seis morreram nos três primeiros anos após o violento “contato”. Por sempre terem sido resistentes à aproximação com a sociedade não indígena e pelas graves violações e a invisibilidade a que foram relegados por quatro décadas, ficaram profundamente traumatizados. No entanto, resilientes e amorosos, superaram as mais trágicas adversidades.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Em 1990 a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues pisou pela primeira vez em uma aldeia indígena. Era a aldeia Canoanã, na Ilha do Bananal, onde ela iria conviver por seis meses com o povo Javaé, foco da sua pesquisa de mestrado. Sentada no calçadão do posto indígena, ela foi, surpreendente e amorosamente, abraçada por um longo tempo por Tuakiri, a anciã xamã dos Avá-Canoeiro. Este povo foi vítima de um violentíssimo “contato” realizado em 1973 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e três anos depois, inexplicavelmente, transferido para morar na terra de seus inimigos históricos, os Javaé. Mesmo tendo o povo Javaé como foco de seu mestrado e doutorado, desde os primeiros momentos de convivência com os indígenas, Patrícia ficou encantada com a amorosidade e a simpatia dos Avá. Em uma ocasião, para estranhamento do líder Tutawa, ela pediu para acompanhá-lo em uma caçada. Ao ter que carregar nas costas “um quati enooorme, cheio de sangue e carrapato e um passarinho morto na outra mão”, ela rapidamente descobriu que entre os povos do tronco Tupi quem carrega a caça são as mulheres, contou rindo bastante ao se lembrar desta singular experiência. Visivelmente comprometida com a luta dos Avá pela superação de sua condição, ainda hoje, de “cativos de guerra”, Patrícia nos emociona ao relatar, com detalhes, nesta entrevista ao *Porantim* a desafiadora saga dos Avá-Canoeiro Rio Araguaia, considerado o povo mais guerreiro e resistente ao contato do Brasil Central, que, talvez por isso, chegou a ter apenas cinco membros. Como colaboradora da Funai, ela já tinha realizado os relatórios de identificação das terras indígenas Marãiwatsédé, Munduruku e Kayabi. Por esta larga experiência e pelo profundo conhecimento dos povos da Ilha do Bananal, foi convidada para coordenar também o grupo técnico de identificação e delimitação da Terra Indígena Utaria Wyhyna, sobreposta ao Parque Nacional do Araguaia e de interesse dos Javaé e Karajá. Como desdobramento desse trabalho, acabou coordenando os grupos técnicos de identificação e delimitação das terras indígenas Javaé/Avá-Canoeiro e Taego Áwa (esta exclusiva dos Avá). Sua atuação junto aos Avá, certamente, fortalece a determinação deste povo em morar na sua própria terra tradicional.

Porantim – Quando você começou a pesquisar os Avá Canoeiro?

Patrícia Rodrigues – Em 1997, eu voltei para a aldeia Canoanã para fazer o doutorado com os Javaé. Como eles têm uma organização social dividida entre o lado do “rio acima”, onde moram as famílias de maior prestígio, e o lado do “rio abaixo”, onde moram os que têm menos prestígio, como os “outros” e os “estrangeiros”, que não são Javaé, eu morei por um ano bem próximo às casas dos Avá. Então, tínhamos uma relação de amizade. Os meninos que são adultos hoje crianças. Mas eu era vista como a pesquisadora dos Javaé, o que implicava

em algum distanciamento, e não desenvolvi nenhuma pesquisa com eles naquela época. Quando terminei o doutorado, a Funai me perguntou se queria identificar as terras dos Javaé e dos Karajá da ponta norte da Ilha do Bananal. Tive a oportunidade de visitar 18 aldeias Karajá no Araguaia e a principal aldeia Javaé, onde foi feita uma reunião com todos os caciques. Havia várias reivindicações de terras fora da Ilha do Bananal dos dois grupos, que fui recolhendo por escrito. A Funai autorizou, então, a constituição dos grupos técnicos (GT), coordenados por mim. Em campo, ao pesquisar as terras de interesse dos Javaé, nos aproximamos mais dos Avá. Foi muito importante a participação da bióloga do GT, a Luciana Ferraz, que iniciou uma relação de muita empatia com eles. Mas não sabíamos se eles tinham uma demanda pela terra deles. Tinham ficado invisíveis por décadas e o discurso oficial era de que estavam praticamente extintos e assimilados. Fiquei muito surpresa quando me contaram que os filhos das novas gerações tinham sido batizados com os nomes dos antepassados e que havia um desejo muito forte de retornar para a terra deles. Trouxemos a demanda deles para a Funai. E também conseguimos convencer os caciques Javaé de que a terra reivindicada pelos dois grupos fosse denominada Terra Indígena Javaé/Avá Canoeiro. Foi uma grande vitória. A partir disso, os Avá ficaram muito felizes e começaram a me ver com outros olhos, como uma aliada mesmo.

Porantim – Quantos eles eram nesta época e quando isso aconteceu?

Patrícia Rodrigues – Eles eram cerca de 20. Isso foi em julho e agosto de 2009. Em novembro a Funai auto-

rizou uma pesquisa exclusiva sobre eles, quando ficamos imersos na aldeia de Boto Velho por 15 dias com todo o grupo reunido. Isso foi muito importante, porque nos contaram passagens e detalhes das violências sofridas no passado que nunca tinham contado pra ninguém. Esses relatos deram uma densidade grande para o relatório. Tratava-se de uma memória absolutamente traumática, com temas tabus. Mas, em razão da perspectiva da terra, contaram até mesmo sobre o episódio mais traumático, o do “contato” com a Frente de Atração da Funai, em dezembro de 1973, na Mata Azul. Mesmo com muita dificuldade. Foi um momento de catarse.

Porantim – Como foi este “contato”?

Patrícia Rodrigues – Eles tinham uma memória muito viva do que aconteceu. A Frente de Atração da Funai fez um ataque surpresa, de supetão. Eles foram caçados como animais. Alguém jogou um facão na direção da Watuma, esposa do Tutawa, que estava fora do acampamento e com o filho no colo, Juaga. Pegaram ela, que gritou. A partir disso, a Frente começou a atirar e soltar fogos de artifício. Os Avá, acostumados com os sucessivos ataques, reagiram rapidamente com flechas e um dos quatro Xavante que ajudou a Frente da Funai a localizar os Avá foi flechado. Como sua esposa e seus filhos estavam presos, Tutawa se entregou, juntamente com outros três indígenas, o cunhado de Tutawa, Tuti, a filha Kaukamã, com 12 anos, e o menino Kapoluaga, com 8 anos. Amarrados, eles foram caminhando, com água até as coxas, em uma região pantanosa, para a fazenda Canuanã, sendo o tempo todo ameaçados pelos Xavante no caminho. Cinco Avá fugiram para o mato, inclusive Typyiri, uma menina de cerca de 8 anos, que



havia sido baleada e morreu dois dias depois. Os quatro restantes foram contatados no ano seguinte. Dos onze Avá encontrados pela Frente, seis morreram até três anos após o contato. Por sempre terem sido extremamente resistentes ao contato e pela violência com que ele aconteceu, eles ficaram profundamente traumatizados. Percebemos naquela ocasião que o tempo emocional dos Avá que foram capturados parou ali. É como se este trauma continuasse vivo neles.

Porantim – E o que aconteceu depois?

Patrícia Rodrigues – Resumidamente, eles foram transferidos para um acampamento na Mata Azul, onde houve abusos físicos e emocionais. Em 1976, veio uma absurda ordem da Funai determinando a transferência dos Avá da fazenda para a aldeia Canoanã, no território tradicional dos Javaé, seus inimigos históricos. Os Javaé eram cerca de 400, e também não foram consultados. Teve início, então, uma nova série de graves abusos e marginalização, pois eles foram incorporados à aldeia como cativos de guerra, embora o Estado é que tenha vencido a guerra contra eles. Cheguei à conclusão de que os Avá preferiam o passado de perseguições e fuga, antes do contato, porque, pelo menos, tinham um pouco de autonomia. Porque o que veio depois era, e continua sendo, extremamente cruel. Os que foram capturados nunca foram aceitos como parceiros de casamento e eles passaram muita fome, porque não tinham autorização para fazer roça e tinham muita dificuldade de

“Quem tem um mínimo de conexão com a verdade e a justiça, depois que toma conhecimento do contexto histórico, tem que ser favorável à causa indígena. Esta ofensiva sobre os indígenas é produto da ignorância, do preconceito, do desconhecimento.”

caçar. Chegaram ao cúmulo de pegar comida e objetos no lixo da Fundação Bradesco. Foram muitas humilhações e a Funai nunca os inseriu em nada, em nenhum processo político ou social.

Porantim – Como está a situação da terra reivindicada por eles?

Patrícia Rodrigues – O GT da Terra Indígena Taego Áwa foi instituído em 2011 e o relatório entregue em 2012. Para que fosse aprovada a constituição do GT, procuramos o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão de Anistia. Conseguimos envolver muita gente, inclusive pessoas da Funai que não tinham vínculos com essas ações do passado e que se prontificaram a apoiar esse povo. No “dia do índio”, em 2012, o resumo do relatório foi publicado no Diário Oficial da União pela Funai, reconhecendo a tradicionalidade da terra dos Avá. O processo foi encaminhado para o Ministério da Justiça (MJ) em 2013, onde aguarda a Portaria Declaratória. No entanto, em 2014, devolveram o relatório pedindo diligências ao Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] porque em 1997 e 1998, foi feita a desinstituição do Parque Indígena do Araguaia, quando o Incra assentou cerca de 700 famílias fora da Ilha do Bananal. As terras foram adquiridas de pessoas que as tinham comprado da Fundação Bradesco, que, por sua vez, tinha ocupado área indígena, através de uma parceria com os irmãos paulistas Pazzanese. Ou seja, o Incra comprou terras que eram de ocupação indígena tradicional e assentou 120 famílias do Assentamento Caracol em metade da atual Terra Indígena Taego Áwa, o que é um escândalo! Agora, o processo está parado. O Incra ainda não se manifestou.

Porantim – E em relação às ações judiciais, de indenização?

Patrícia Rodrigues – Em 2012, o procurador do MPF-TO, Álvaro Manzano, propôs uma ação civil pública na qual solicitava da Funai e da União uma indenização no valor de quatro mil salários mínimos por danos morais coletivos ao povo Avá-Canoero. Uma primeira decisão judicial obrigou a Funai a pagar 1/5 de salário mínimo para cada membro do grupo enquanto este não retornar para a terra de ocupação tradicional. Em março de 2015, o juiz federal de 1ª instância, Eduardo de Assis Ribeiro Filho, decidiu que o valor da indenização deveria ser usado na aquisição de terras para alocação do grupo até a conclusão do processo de demarcação de suas terras. A Funai recorreu e o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Jirair Aram Meguerian, em abril deste ano, expediu uma nova decisão em que anulou a proposta de compra da terra, mas manteve a decisão de pagar 1/5 de salário mínimo para cada membro do povo. No momento, a Procuradoria Geral da República (PGR) está tentando reverter esta última decisão.

Porantim – Como você avalia a atual conjuntura, a partir da perspectiva dos povos indígenas?

Patrícia Rodrigues – Como sabemos, houve um grande avanço na garantia de direitos a partir da Constituição de 1988 e a política indigenista avançou bastante. É preciso reconhecer que muitas terras foram demarcadas e homologadas. Agora estamos indo pro outro lado do pêndulo. As bancadas no Congresso, por exemplo, se reorganizaram, e estão nesta ofensiva contra os direitos constitucionais dos indígenas. A história, às vezes, parece ser pendular e estamos em um momento de predomínio do conservadorismo. Também temos que considerar outras questões. O conhecimento da antropologia não avançou como deveria ter avançado, não teve o impacto que deveria ter tido na sociedade. Sabe-se tanto sobre os povos indígenas e os afrodescendentes, sobre a nossa história, mas este conhecimento não se esparramou como deveria na sociedade. A educação, neste sentido, deveria estar bem mais resolvida. A questão indígena é uma questão de todos nós porque ela tem o aspecto social, o ambiental. Não se limita a cada povo. Nesse sentido, existe uma grande frustração porque temos conhecimentos tão aprofundados e especializados, por um lado, e o discurso tão superficial que vemos na mídia, por exemplo, por outro. Discussões já ultrapassadas na academia não chegam à sociedade, infelizmente. É um problema porque o conhecimento, de modo geral, é tão mínimo que ainda temos que tentar mostrar que os indígenas são gente e sujeitos de direitos.

Porantim – Na sua percepção, o que vem acontecendo no território, digamos, nos últimos 20 anos?

Patrícia Rodrigues – O que vejo é que as mudanças são aceleradíssimas. No Araguaia, onde vou todo ano, o desmatamento é assustador. Também há muitos grandes projetos de irrigação, extensas plantações de soja e arroz, muito agrotóxico, assoreamento. Há mais de 30 anos, existe a proposta de construir a estrada que vai cortar a Ilha do Bananal de um lado ao outro para facilitar o transporte dos produtos do Centro-Oeste para o porto de Itaquí, na Bahia – o que será um desastre para os indígenas e o meio ambiente. A pressão está muito maior agora, com os ruralistas fortalecidos. E eles estão sempre tentando implementar o projeto da hidrovía, no Araguaia, desconsiderando que o rio está muito mais seco. Mesmo assim, devido aos interesses do agronegócio, não desistem.

Porantim – Qual é a real motivação para haver uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] da Funai e do Incra hoje no Congresso Nacional?

Patrícia Rodrigues – É mais uma tentativa de esvaziar totalmente a Funai. Desse modo, torna-se possível a apropriação dos recursos naturais dentro das terras indígenas que ainda não conseguiram acessar. Isso é resultado do que o Brasil deveria ter feito mas não fez, a reforma agrária. A Funai, devido a todos os seus problemas, sempre foi muito criticada por nós. Mas, neste momento, estamos na posição de defender o Estado porque sem as ações indigenistas, o que vai sobrar para os povos indígenas? Claro que queremos

um Estado que atue decentemente. Mas é melhor um Estado atuando, mesmo que tenha omissões, do que totalmente à mercê do grande capital.

Porantim – Nesta CPI percebe-se que a crítica ao trabalho dos antropólogos tem sido radicalizada. Você acredita que está havendo um processo de criminalização destes profissionais?

Patrícia Rodrigues – A antropologia é um modo de consciência que foi sendo construído, ao longo de mais de cem anos, em relação ao outro, à alteridade, com pesquisas profundas de campo. Foi havendo uma crescente consciência em relação às capacidades destes povos que são muito maiores do que o senso comum pressupõe. Os indígenas ainda são associados à natureza e elementos básicos sobre eles continuam desconhecidos pelo povo brasileiro. Quanto mais você aprofunda esse tipo de consciência, você tende a passar a defender os direitos deles. Você vai ter consciência da legitimidade da alteridade, do modo de ser diferente, da sabedoria que eles têm em relação a vastos e profundos conhecimentos sobre os quais ainda estamos tateando. Quem tem um mínimo de conexão com a verdade e a justiça, depois que toma conhecimento do contexto histórico, tem que ser favorável à causa indígena. Esta ofensiva sobre os indígenas, em grande parte, é produto da ignorância, do preconceito, do desconhecimento. Há 500 anos se discutia se os indígenas tinham alma. Hoje não está muito diferente. Mas quando você passa a conhecer, não tem como não defender. Nesta CPI, não querem ouvir a verdade, querem só repetir o que, frequentemente, já argumentam: “que tem muita terra pra pouco índio”. Se quisessem saber da realidade, iriam ler os relatórios. Mas não estão interessados. O que querem, simplesmente, é fragilizar os indígenas com o uso de frases de efeito no senso comum.

Porantim – Por que a sociedade ocidental tem tanta dificuldade de aceitar e respeitar a existência de uma sociedade diferente, com suas particularidades sociais, políticas, culturais e históricas?

Patrícia Rodrigues – Isso vem das nossas origens, mas onde começou este problema? Talvez um dos caminhos para compreender seja a diferenciação entre natureza e cultura, um tema clássico na antropologia. A gente naturaliza, tende a associar à natureza, o que não compreende. O que é diverso vai para o campo do biológico, e é considerado inferior. Esta dissociação entre natureza e cultura perpassa toda a construção do Ocidente e também serve para justificar a exploração e a apropriação dos recursos. A naturalização dos indígenas “sem alma”, a escravização e o tráfico dos negros, ambos considerados “povos da floresta”, selvagens, têm também esta dimensão. Não eram gente. Ou seja, a naturalização serve como um pressuposto para que os recursos sejam apropriados... para se construir a história como foi construída aqui no Brasil.

Porantim – É possível conciliar o modelo desenvolvimentista com o respeito ao Bem Viver?

Patrícia Rodrigues – Acho muito difícil porque temos uma outra lógica, outros princípios fundamentais, outra visão da natureza. Temos esta ideia de que somos separados da totalidade. O individualismo exacerba nossa incapacidade de ver que somos conectados com todo o resto. Esta é uma das principais diferenças. Focamos na parte e não no todo. Os povos indígenas têm esta visão holística, em que o todo se sobrepõe à parte. A falta de conexão característica da visão ocidental capitalista não deixa perceber que, agredindo os povos indígenas e o meio ambiente, estamos agredindo a nós mesmos. É tão básico, mas ainda falta enxergar isso.

Porantim – O que o Brasil e a humanidade, como um todo, perderia com a extinção de um povo como os Avá?

Patrícia Rodrigues – Por baixo, perde conhecimento, outras formas de enxergar o mundo, de se relacionar com a vida, com os outros seres, menos prejudiciais e mais harmônicas do que as nossas. O discurso de certos pesquisadores, da mídia e de antigos indigenistas era de que os Avá eram um grupo em extinção e aculturado. Mas eles não estão em extinção nem do ponto de vista biológico, nem cultural. Eles estão mais vivos do que nunca, se reproduzindo física e culturalmente, com um projeto de futuro, a revitalização da língua e determinados a voltar para a terra tradicional. ♦

Barbárie e Resistência

Duas situações emblemáticas, separadas por um intervalo de quase 40 anos, e fatos concretos, como o aumento populacional e a luta pela terra tradicional, anunciam que o período de extrema vulnerabilidade vivido pelo povo Avá-Canoeiro do Rio Araguaia, em que sua própria existência física esteve sob severo risco, foi superado. Hoje, eles estão mais próximos de realizarem o mito profético da libertação da condição de cativos.

Kaukamã, sua filha Angélica e netos: em busca do Bem Viver

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Dezembro de 1973

No auge da ditadura militar, durante semanas, seis indígenas Avá-Canoeiro do Rio Araguaia foram colocados em um cercado de madeira no quintal de uma pequena farmácia da fazenda Canuanã, na Ilha do Bananal, região Centro-Oeste do Brasil. Após terem sido perseguidos e caçados como animais selvagens, ficaram em exposição como animais de um zoológico. Curiosas e intrigadas, pessoas vinham dos arredores e até mesmo de povoados distantes para testemunhar a atração inusitada: temidos índios “pelados” que tinham sido “domados” pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Os veículos da “grande” imprensa, tanto nacional como estrangeira, destacaram o caráter espetacular do “evento”



e glorificaram o corajoso “feito” da Frente de Atração do órgão indigenista do Estado, que atuou sob o comando do jovem sertanista Apoena Meirelles. Ele havia conseguido cumprir, em apenas dois meses, a precipitada missão de fazer “contato” com os Avá-Canoeiro, o povo indígena mais resistente à aproximação de todo o Brasil Central.

A Funai divulgou que esse “contato” com os Avá-Canoeiro tinha sido pacífico, como uma confraternização, e que os indígenas teriam ficado felizes e agradecidos. “Houve sorrisos, risadas e muitos abraços”, garante o seu Boletim Informativo, publicado na época.

No entanto, este fabuloso e heroico episódio nunca aconteceu na realidade. Propalada aos quatro cantos do mundo como uma vitória do Estado, da ordem e do progresso, segundo os depoimentos dos próprios Avá, essa, certamente, foi uma das operações mais desastrosas, violentas e criminosas realizadas por esse órgão no Brasil – para saber mais, leia entrevista e artigo publicados nas páginas 6, 7, 10 e 11 desta edição do Porantim. A tragédia toma uma dimensão ainda maior porque a Funai havia sido criada há apenas seis anos justamente para substituir o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), instituição estatal conivente e, em muitos casos, responsável pelo massacre e genocídio de vários povos indígenas, como atesta o Relatório Figueiredo - documento oficial produzido pelo próprio governo militar.

Após dois séculos de incontáveis perseguições e fugas, esse “contato” foi percebido pelos Avá como o marco dramático de sua derrota final que, como consequência, os levou a décadas de cativeiro, radical opressão e invisibilidade... como se tivessem deixado de ser gente.

Agosto de 2012

Quase quarenta anos depois, em uma reunião de lideranças de diversos povos indígenas de Goiás e Tocantins com representantes do Executivo, o jovem Diego Avá-Canoeiro, na época com 20 anos, indignado com a total falta de compreensão sobre a calamitosa realidade de alguns povos indígenas, aponta sua borduna, tradicional arma de guerra, para duas renomadas autoridades públicas: José Weber

Holanda Alves, que era braço direito do ministro da Advocacia Geral da União (AGU) Luis Inácio Adams, e o, então, chefe da Procuradoria Federal Especializada da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, que posteriormente ocuparia o cargo de presidente interino deste órgão, e desde junho de 2015 é assessor especial do Ministério da Justiça.





Klaus Gunther



Egon Heck

“Eu disse a eles: ‘Como vocês reagiriam se alguém entrasse em suas casas, destruísse o que vocês têm e ameaçasse a sobrevivência de suas famílias? Se alguém não permitisse que vocês vivessem em suas próprias casas?’. Eles ficaram me olhando, assustados”, rememora Diego, neto do líder Tutawa.

Diferente do humilhante episódio vivido pelos sobreviventes de seu povo em 1973, este desafiador ato protagonizado por Diego não teve grande repercussão na mídia. No entanto, ele é extremamente simbólico. Ali, Diego explicitava que os Avá-Canoeiro do Rio Araguaia estavam inseridos em um novo ciclo da sua história.

Diante das piores condições impostas por um sistema cujos protagonistas (mineradores, criadores de gado, fazendeiros, poderosos grupos econômicos), sem qualquer pudor, destruíram vidas e desprezaram sua riqueza cultural e política e sua sabedoria ancestral, os Avá-Canoeiro, surpreendentemente, sobreviveram.



Tiago Meira

A participação dos Avá-Canoeiro no movimento indígena é uma evidência do empoderamento das novas gerações

Vivenciando a narrativa mítica

Segundo revelou Agàek, filho de Tutawa, ao Grupo de Trabalho da Funai em uma ocasião, seu povo tem um mito que profetiza que em um momento da história, em que os Avá estariam restritos a poucos membros, eles seriam capturados por inimigos e passariam a viver como cativos. Depois de muito tempo, a libertação finalmente aconteceria e o grupo voltaria a se reproduzir e recompor sua estrutura política, social e cultural e a morar em sua própria terra.

Cinco fatores, especialmente, indicam que os Avá estão no caminho para a realização do mito ancestral. O primeiro deles é o crescimento populacional. Atualmente, graças à Kaukamã, que teve seis filhos de breves relacionamentos com os Javaé e, depois, de um casamento com um Tuxá, eles são 23. Isso significa que houve um aumento de 460% da população desde 1976.

O segundo fator que explicita que os Avá não são um grupo “aculturado” ou que teria sido assimilado pela cultura Javaé ou pela sociedade nacional é a capacidade que tiveram de preservar a língua nativa, de origem Tupi-Guarani. Este é um feito incrível já que, restritos a apenas cinco sobreviventes, eram ridicularizados sempre que falavam na sua língua.

A preservação de importantes conceitos, visões de mundo e práticas culturais e ancestrais, como a transmissão dos nomes pessoais, deixa clara a intenção de perpetuar por meio das novas gerações o vínculo com os antepassados.

Merece destaque, por exemplo, o fato de que o líder político e *ipaje* (xamã) Tutawa batizou as crianças nascidas após o contato com os nomes dos antepassados mortos durante as décadas de fuga,



Jorge Borges

Empoderados

Três meses depois do primeiro trabalho em campo do GT da Funai, em 2009, eles comunicaram aos Javaé que “não eram um grupo em extinção” e que dali em diante queriam participar das reuniões comunitárias na aldeia Canoanã.

Os Avá também reivindicaram à Funai e ao Ministério Público Federal (MPF) que seja feita a mudança dos nomes em seus documentos oficiais, nos quais apelidos, nomes errados, pejorativos ou de outras línguas, além de genealogias incorretas, foram registrados à revelia de seus portadores.

Recentemente, sentindo-se reconhecidos como pessoas, com direitos, e com a autoestima mais elevada, os Avá-Canoeiro têm se integrado ao movimento indígena e participado de diversos debates e mobilizações. “Antes, eu não sabia que outros povos indígenas sofriam tanto. Agora, estamos mais envolvidos, não só pelas nossas crianças e pelo meu povo, mas por todos os indígenas. Somos discriminados, tirados das nossas terras. Não queremos mais este sofrimento”, declarou Davi da Silva Avá Canoeiro, de 32 anos, morador da aldeia Canoanã.

Em busca da terra esbulhada

“Nossa força vem do meu avô, o Tutawa. Desde quando éramos crianças ele falava: ‘A gente mora numa aldeia que não é nossa. Mesmo quando eu morrer, vocês têm que ir atrás do que querem’. Ele sempre foi tão forte diante de tudo o que viveu que passou essa força para a gente. Nós vamos recuperar nossa terra. E eu queria que ele estivesse vivo para ver”, ressalta Angélica.

Sobre as razões e os motivos de terem suas terras reivindicadas de volta, ela é incisiva: “Em todo o lugar tem discriminação. Não adianta morar na cidade ou em uma aldeia de outro povo. Você ficar em um lugar sem poder fazer nada, sem poder falar sua língua, sendo desprezado... Queremos recuperar a terra onde estão enterrados nossos ancestrais para que nossos filhos possam crescer e brincar livres, sem discriminação, e para podermos levar nossas origens para frente”, conclui ela.

Convicta, Angélica avalia que “a Funai cometeu erros absurdos com o meu povo” e não titubeia em afirmar que devolver a terra tradicional aos valentes Avá-Canoeiro é o mais relevante e urgente passo que o Estado brasileiro deve dar para iniciar o pagamento de sua incalculável dívida histórica, social e cultural junto a seu povo. Que assim seja! ♦

Os distintos grupos Avá-Canoeiro

Separados há mais de 160 anos, os Avá-Canoeiro do Rio Araguaia possuem uma história diferenciada e se distinguem etnicamente dos Avá-Canoeiro do Rio Tocantins, que em 1983 também formavam um grupo restrito de apenas seis sobreviventes. Habitantes da Terra Indígena (TI) Avá-Canoeiro, localizada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás, os Avá do Tocantins tiveram parte de sua TI inundada pela construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa na década de 1980.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), na região da bacia do Araguaia, os Avá moram na aldeia Boto

Velho ou Inãwebhona, na TI de mesmo nome; na TI Javaé/Avá Canoeiro e na TI Parque do Araguaia, nos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Sandolândia e Pium.

Há informações de que há outros dois grupos de Avá-Canoeiro ainda não contatados pela Funai. Um deles provavelmente se desloca pela região serrana dos formadores do alto Rio Tocantins (GO) e o segundo deve habitar o norte da Ilha do Bananal (TO), no interior da TI Parque do Araguaia.

Uma ponte para o futuro

*Patrícia de Mendonça Rodrigues,
PhD em Antropologia, coordenadora dos grupos
técnicos de identificação e delimitação das Terras
Índigenas Javaé/Avá-Canoeiro e Taego Áwa*

Resiliência. Talvez a melhor palavra para definir a vida e o caráter de *Tutawa* Áwa de forma sintética. Poucas pessoas desenvolveram essa habilidade extraordinária como este guerreiro de temperamento afetuoso e alegre que guiou e liderou o povo Áwa no vale do Rio Araguaia durante as décadas de genocídio anteriores ao contato e nos anos de submissão que se seguiram à captura de dez sobreviventes. O fato chocante de negarem a ele o seu último desejo – o de ser enterrado no Capão de Areia, o último refúgio antes do contato – foi apenas um entre os incontáveis e desumanos obstáculos que teve que enfrentar juntamente com seu povo durante toda a vida. Nascido na década de 1930 em uma gruta que servia de abrigo

para seus parentes, faleceu em 6 de junho de 2015 como um intruso em terra estranha.

Dois meses depois, deprimido com a morte de seu pai, morreu *Agãek*, o primogênito de *Tutawa*, que há décadas era dependente de álcool e visivelmente desnutrido, em meio a um quadro complexo de insuficiência renal e respiratória, tuberculose, pneumonia e calazar. O estado de seu corpo denunciava o abandono e as privações a que os Avá-Canoeiro do Araguaia foram submetidos por décadas. Do grupo capturado pela Frente de Atração da Fundação Nacional do Índio (Funai) há 42 anos, resta agora apenas *Kaukamã*, filha de *Tutawa* e mãe de todas as crianças da primeira geração nascida após o contato.

Tutawa passou metade da vida fugindo de massacres coletivos, incêndios de aldeias, tiroteios, assassinatos sucessivos da maioria dos parentes próximos, tocaias, cães de caça, caçadores de índios a cavalo, fome. E mesmo assim manteve as qualidades nobres e ideais dos chefes tupi: a capacidade de liderança na guerra e a generosidade na distribuição dos recursos entre os membros do grupo. Guerra brutal é a expressão que descreve o que os Áwa – conhecidos como Avá-Canoeiro na literatura ou “Cara Preta” na região do Araguaia – viveram com a colonização do médio Araguaia no século 20. A memória regional atribui aos famosos caçadores de “Cara Preta”, como Martim Cabeça Seca e Vicente Mariquinha, entre outros, o assassinato de centenas de índios e a destruição de aldeias inteiras nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Quando *Tutawa* perdeu os primeiros dentes de leite, seu grupo de parentes, liderado por seu pai, *Wapotxi*, teve que abandonar a gruta em que se refugiava ao norte da Ilha do Bananal, no Pará. *Tutawa* ainda não tinha completado 20 anos, não era casado e nem tinha filhos quando seu pai foi assassinado por um branco, por volta de 1950, cabendo a ele assumir o seu lugar. O líder Áwa tradicionalmente tinha a função de guiar e proteger o grupo, decidindo quando e para onde se mudar, tarefa assumida exemplarmente pelo novo líder. O exercício da liderança foi acompanhado da responsabilidade de alimentar os mais jovens, que ainda não tinham a habilidade de caçar ou que tinham perdido seus pais. *Tutawa* guiou seus parentes por uma vasta região, dirigindo-se cada vez mais para o sul e em condições cada vez mais difíceis, pois o cerco dos moradores regionais se intensificou consideravelmente nos anos que se seguiram. A Ilha do Bananal e o interflúvio entre o Rio Javaés e o seu principal afluente, o Rio Formoso do Araguaia, habitados pelos Avá-Canoeiro desde as últimas décadas do século 19, foram escolhidos como a principal área de movimentação.

*Mesmo tendo uma vida dividida
entre perseguições contínuas
e o cativo entre
inimigos históricos,
o valente Tutawa
é reconhecido
como um líder
extremamente
afetuoso*

Vinicius Berger



Diante da perseguição incessante pelos novos colonizadores, em que os Avá muitas vezes foram obrigados a abandonar os corpos dos parentes mortos durante a fuga desesperada, por muitos anos a rotina caracterizou-se por um eterno deslocamento de acampamento em acampamento, instalados em lugares inóspitos. O grupo de adultos, crianças e velhos optou por caminhar principalmente durante a noite por questões de segurança. As pessoas dormiam ou se mantinham em silêncio durante o dia em áreas de difícil acesso, comunicando-se muitas vezes com assobios de pássaros. Os Avá-Canoeiro do Araguaia andavam distantes das margens dos grandes cursos d'água, em lugares mais interioranos, fugindo dos ataques dos brancos e dos povos Javaé e Karajá. Com a perda da possibilidade de praticar a agricultura, a alimentação se restringiu à carne de caça, basicamente, ou de bois e cavalos, ocasionalmente, e aos frutos e raízes coletados durante as caminhadas. Algumas vezes ficaram sem caçar, jejuando por dias, diante da vizinhança ameaçadora dos fazendeiros.

Os 14 sobreviventes que chegaram à Mata Azul, localizada dentro da imensa Fazenda Canuanã, por volta de 1967 ou 1968, integravam um grupo de parentes próximos, reduzidíssimo em comparação ao que o menino *Tutawa* conheceu em sua infância. O Capão de Areia, habitado pelos porcos selvagens, seu alimento predileto, e único local a salvo da inundação nas enchentes anuais, tornou-se o principal refúgio do grupo. Durante o breve, porém intenso e dramático período em que viveram na Mata Azul e nas regiões vizinhas, os Avá-Canoeiro do Araguaia foram caçados como animais selvagens pelos moradores regionais sem trégua, incluindo os vaqueiros da Fazenda Canuanã, dos irmãos Pazzanese, saga que culminou com a sua captura pelos agentes do Estado. Na época, a Fundação Bradesco manifestou interesse em se estabelecer em uma zona rural, iniciando uma parceria com os proprietários da fazenda, o que "coincidiu" com a instalação da Frente de Atração pela Funai para encontrar os índios que incomodavam os fazendeiros da região.

Os Avá-Canoeiro lembram que *Tutawa* sempre enfrentava os inimigos destemidamente, tentando proteger os seus familiares. Enquanto os outros corriam para se esconder dos ataques, ele procurava algum lugar a salvo, de onde pudesse enxergar seus adversários para atingi-los com as flechas mortais que ficaram célebres na região e na literatura. Foi assim também quando a Frente de Atração encontrou o grupo no Rio Caracol, em 1973, então reduzido a apenas onze pessoas, e entrou atirando no acampamento de supetão, matando uma criança. Depois dos tiros e dos fogos de artifício, parte do grupo conseguiu fugir, enquanto outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de *Tutawa*, que decidiu se entregar, não porque confiou nos sertanistas, conforme o boletim oficial mistificador e inverossímil produzido no auge dos governos militares, mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, que haviam sido capturados à força.

O restante do grupo – quatro pessoas em estado de saúde deplorável, conforme os relatórios médicos da época – foi contatado em 1974, com a ajuda de um dos caçadores de índios da Fazenda Canuanã, que foi integrado à equipe, e do próprio *Tutawa*, que foi induzido a acreditar, equivocadamente, que poderia viver em paz em seu território se colaborasse com os sertanistas. A Funai não cumpriu a sua parte no acordo

“ Os Avá-Canoeiro lembram que *Tutawa* sempre enfrentava os inimigos destemidamente, tentando proteger os seus familiares. Enquanto os outros corriam para se esconder dos ataques, ele procurava algum lugar a salvo, de onde pudesse enxergar seus adversários para atingi-los com as flechas mortais que ficaram célebres na região e na literatura ”



Tutawa tinha cerca de 40 anos quando foi “contatado” pela Funai

e ele acabou interiorizando por muitos anos uma culpa indevida pelo fato de ter atraído os remanescentes Avá para a nova realidade.

O horror dos anos passados seria substituído agora pela grande derrota na guerra travada pelos *Áwa* com os colonizadores desde o século 18, pelo menos, quando os antepassados do grupo do Araguaia foram encontrados e atacados nas cabeceiras do Rio Tocantins. O povo que mais resistiu ao contato com o colonizador no Brasil Central, segundo a literatura histórica, recusando-se terminantemente a estabelecer relações pacíficas, interpretou o contato como uma “captura” pelos inimigos, representados pela Frente de Atração da Funai e os fazendeiros da região, e o que se sucedeu como o cativo do qual ainda não se libertou.

O pior ainda estava por vir. A outra metade da vida, *Tutawa* viveu lidando - de cabeça erguida, é preciso destacar - com as consequências devastadoras da derrota imposta pelo inimigo, juntando os fragmentos do que restou de seu povo para não perder o fio da meada que ligava os antepassados à nova geração nascida após o contato. O guerreiro e também pajé tornou-se a ponte entre o passado e o futuro do povo *Áwa*.

Durante os quase três anos em que viveram nas terras da Fazenda Canuanã, supervisionados pela Funai, os Avá-Canoeiro foram vítimas de abusos físicos e emocionais diversos, os quais compõem uma memória traumática do grupo. Tanto os Javaé quanto os moradores regionais lembram-se muito bem do cercado em que os Avá foram colocados e expostos à visitação pública na fazenda, durante semanas, atraindo a curiosidade dos que queriam ver os “índios pelados”. E tanto os Javaé quanto os Avá lembram-se com nitidez do período em que foram forçados a conviver na Mata Azul pela Funai, que desconsiderou o fato básico de que os dois grupos eram

adversários históricos, com uma memória viva das mortes recíprocas no passado. Os Javaé, habitantes imemorais do Araguaia, que compartilhavam um mesmo território com os Avá-Canoeiro desde o século 19, foram levados pelos sertanistas a servir de guardas e “amansadores” dos índios capturados, que, no entanto, contaram sempre com a orientação e a proteção de *Tutawa*.

Em 1976, com uma decisão repentina e autoritária, a Funai impôs a transferência dos sobreviventes para a aldeia Canuanã, dos Javaé, com cerca de 400 pessoas. Dos onze Avá-Canoeiro que restaram na Mata Azul, seis faleceram nos três primeiros anos depois do contato. Reduzidos a cinco pessoas, os Avá foram assimilados pelos Javaé em uma tradicional categoria social de cativos de guerra,

em uma posição de subalternidade. O resultado, nos longos anos que se seguiram, foram graves restrições alimentares e variadas formas de marginalização social e econômica, como o celibato forçado ou relacionamentos breves, violentos e estigmatizados, imposição de nomes pejorativos, proibição de praticar a agricultura e trabalhos braçais, entre outras. Paralelamente, a Fundação Bradesco impediu *Tutawa* de continuar abatendo bois na fazenda, oferecendo em troca pão e leite diários e as cabeças de bois e porcos que são destinadas ao lixão, instalado em uma antiga área de caça do grupo.

Mesmo assim, apesar de todos os prognósticos em contrário, em que acadêmicos, jornalistas e indigenistas declararam a iminente extinção do grupo, os *Áwa* conseguiram se reproduzir como um povo único, por meio de uniões com os Javaé, Karajá e Tuxá, somando

mais de 20 pessoas atualmente, em crescente expansão. O pajé *Tutawa* cuidou com afeto e dedicação exemplares da educação de seus descendentes, ensinando a língua, práticas rituais e batizando todas as crianças que nasceram após o contato com os nomes dos antepassados, conforme a tradição *Áwa*. Foi ele também quem liderou o grupo, por mais de 20 anos, na recusa irredutível em abandonar a região do Araguaia, com a qual mantém ligações profundas de variadas ordens, enfrentando o projeto persistente de um convênio indenizatório e milionário entre Funai e Furnas de transferi-los para uma terra indígena no Rio Tocantins*.

Nos últimos anos, os Avá-Canoeiro do Araguaia uniram-se mais do que nunca e dedicaram-se à retomada de parte do território tradicional, obtendo em 2012 o reconhecimento oficial da Terra Indígena Taego *Áwa* (TO), que foi nomeada por *Tutawa* e aguarda a Portaria Declaratória do Ministério da Justiça.

Ainda morando fora da terra, contudo, os Avá-Canoeiro foram impedidos pelos moradores que ocupam parte da área reivindicada por eles – e que também foram vítimas de mais uma política equivocada do Estado** – de enterrar o velho guerreiro no Capão de Areia.

Mas os *Áwa* agora têm um futuro e o mito profético diz que eles retornarão para casa. ♦

* Terra Indígena Avá-Canoeiro (GO), inundada pela hidrelétrica de Serra da Mesa, dos Avá-Canoeiro do Rio Tocantins, que foram contatados em 1983 pela Funai, mas com os quais o grupo do Araguaia não reconhece nenhum vínculo histórico, mitológico ou biológico.

** Trata-se dos posseiros do atual Assentamento Caracol que, anteriormente, ocupavam o Parque Indígena do Araguaia e foram transferidos e assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/Funai nos anos 1990 em uma área de ocupação tradicional dos Avá-Canoeiro, que havia sido vendida pela Fundação Bradesco/Fazenda Canuanã para terceiros.

Ruralistas matam mais um líder Guarani-Kaiowá no MS

Assessoria de Comunicação

Após uma semana de calúnias, boatos e incitações feitos através das redes sociais, na tarde do dia 29 de agosto, ruralistas atacaram famílias indígenas Guarani e Kaiowá do *tekoha* Ñanderú Marangatú, localizado no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul, e assassinaram uma de suas lideranças, Semião Vilhalva, de apenas 24 anos.

Ñanderú Marangatú é sabidamente uma terra indígena tradicional Guarani e Kaiowá e foi reconhecida e homologada pelo governo federal em meados de 2005. No entanto, em setembro daquele ano, o então ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos do decreto presidencial até que a ação movida por fazendeiros contra a homologação fosse julgada pela Corte Suprema. O atual relator do processo é o ministro Gilmar Mendes e ele segue paralisado.

Após a suspensão da homologação, uma ordem de despejo proveniente do poder Judiciário destinou mais de mil pessoas ao peso impagável de viver por uma década acampadas nas margens da rodovia MS-384, que liga os municípios de Antônio João e Bela Vista, a mortes e à obrigatoriedade de suportar condições sub-humanas de vida. As cenas do despejo rodaram o mundo e até hoje impressionam pela violência das forças policiais do Estado.

Esses Guarani e Kaiowá passaram a viver, desde então, em menos de 150 dos 9.500 hectares homologados. Cansados de sofrer, os indígenas decidiram retomar sua área originária exatamente uma semana antes do assassinato de Semião. No total, eles ergueram acampamentos em cinco propriedades: Primavera, Pedro, Fronteira, Barra e Soberania, restando apenas duas fazendas para Ñanderú Marangatú ser ocupada na íntegra pelo seu povo tradicional.

Da mesma forma que nos ataques realizados contra famílias Guarani e Kaiowá da Terra Indígena de Kurusu Ambá, no município de Coronel Sapucaia (MS), ocorridos dois meses antes, ruralistas e políticos se reuniram dentro de um sindicato rural, desta vez o de Antônio João, abandonaram a Justiça, os fóruns do Estado e a legalidade, armaram-se, vestiram coletes à prova de balas e decidiram atacar deliberada e criminosamente as famílias indígenas de Ñanderú Marangatú. A ordem de ataque foi proferida, segundo o jornal *Dourados News*, pela presidente do sindicato, Roseli Maria Ruiz.

Convivência e prevaricação

Enquanto o agrobandidismo se organizava e preparava o ataque, que levaria à morte de mais um Guarani e Kaiowá, destacamentos da Força Nacional, que possuíam determinação para atuar no caso e deveriam estar no local, encontravam-se a mais de uma hora da região, na cidade de Ponta Porã, há 70 km, mesmo com a possibilidade latente e iminente do ataque de fazendeiros. Duas horas antes da investida ruralista, funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta, buscaram sem êxito, junto ao Ministério da Justiça, o deslocamento da Força Nacional para as imediações de Ñanderú Marangatú. A Força Nacional somente começou a se movimentar após o anúncio de que o ataque ruralista havia começado.

Bem mais próximos dos fazendeiros, estiveram destacamentos do Departamento de Operação de Fronteira (DOF). Apesar de não terem participado propriamente da ação, não impediram o deslocamento dos fazendeiros armados, com intenções bem determinadas. O DOF deveria ter dado ordem de prisão à milícia rural. No entanto, simplesmente assistiu ao ataque das forças paramilitares dos ruralistas sul mato-grossenses.

Sem nenhum impeditivo, mais de 40 veículos invadiram as terras indígenas retomadas. Segundo líderes indígenas, dentre os fazendeiros estavam deputados e vereadores. Os criminosos dispararam de maneira franca e para matar. Aterrorizaram famílias inteiras em nome da continuidade do esbulho de seu território originário e ancestral. Depois de muitos disparos conseguiram, por fim, manchar de sangue novamente o solo sagrado de Ñanderú Marangatú. Já com a presença da Força Nacional dentro do território indígena, Semião Vilhalva, irmão de uma liderança tradicional, tombou como Marçal e Hamilton Lopes, defendendo seu território, na esperança de um futuro menos dramático para seu povo.

Para os Guarani e Kaiowá, o povo está em guerra. "Mas nossa guerra não é suja. Nossa guerra não é



Em protesto em Brasília, indígenas do Mato Grosso do Sul denunciaram ataque paramilitar que culminou com o assassinato de Semião Vilhalva

por ódio, por querer roubar ou matar ninguém. É pela terra, pela vida. Pode estar destruída pelo pé do boi, mas ninguém vê o que vemos ali. Nossa guerra é com antepassados, com maracá e reza. Nossa gente é pacífica, olha além, sabe o que precisa fazer. Vamos dar a vida por isso", disse uma das lideranças.

Boatos e espancamentos

O fazendeiro e ex-deputado federal Pedro Pedrossian Filho postou no dia 27 de agosto, em seu próprio perfil em uma rede social, fotos de um celeiro e de maquinários carbonizados afirmando que as imagens retratavam a destruição feita por indígenas depois de invasão a uma propriedade. Em matéria publicada pelo portal paraguaio *Itapuí en Noticias*, as fotos utilizadas por Pedrossian eram - na verdade - de um incêndio ocorrido no dia 24 daquele mês e causado por curto-circuito em uma fazenda de Capitán Meza I, distrito paraguaio.

A mentira do ruralista motivou dezenas de comentários racistas e odiosos contra os indígenas. Com os boatos difundidos, um indígena acabou espancado ao ir abastecer sua moto num posto. A Funai confirmou a agressão e seus servidores alertaram que tais boatos poderiam provocar violências mais graves contra os indígenas. "A boataria tem gerado pânico. Os indígenas abastecem suas motos e levam gasolina a outras, como forma de economia. Nada além disso. Frisamos que as ações de retomada estão restritas à demarcação e não atentam contra a vida de ninguém tampouco à ordem pública", ressaltou um servidor.

Fazendeiros atacam mais uma área retomada em Ñanderú Marangatú

Apenas um dia após o assassinato de Semião Vilhalva, indígenas Guarani e Kaiowá denunciaram no final da noite do dia 30 de agosto um novo ataque de fazendeiros e pistoleiros a uma das áreas retomadas na Terra Indígena Ñanderú Marangatú. Os indígenas não reagiram e os ruralistas ocuparam a sede da Fazenda Piquiri.

Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) confirmaram a informação, além da ida da Força Nacional para o foco do ataque. Todas as áreas retomadas pelos indígenas estão dentro dos 9.500 hectares da terra indígena homologada.

As forças policiais, de acordo com os Guarani e Kaiowá, não têm permitido a locomoção dos indígenas, mas não demonstraram o mesmo empenho com os fazendeiros. ♦



No colo da avó, bebê de um ano foi atingido com bala de borracha em violento atentado contra retomada dos Guarani e Kaiowá

Quem disparou tiros de borracha num bebê de colo?

Além do assassinato de Semião, os indígenas questionaram de onde partiram os tiros de bala de borracha que acertaram as costas e a nuca de um bebê de um ano, que na hora do ataque dos fazendeiros estava no colo da avó em Ñanderú Marangatú. A arma é usada por polícias de todo o país. Os tiros partiram da polícia ou dos fazendeiros? Se os disparos foram efetuados pela polícia, o que teria motivado agentes do Estado a atacar junto com os fazendeiros? Caso as balas tenham partido de armas empunhadas por fazendeiros, como eles as conseguiram? Essas são algumas perguntas que as autoridades públicas deverão responder aos Guarani e Kaiowá.

No RS, liderança Kaingang sofre atentado e é baleada na coluna

Cimi Regional Sul e Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin)

Na noite de 1º de agosto, na retomada da Terra Indígena (TI) Re Kuju, no município de Gentil, no Rio Grande do Sul, por volta das 19 horas, o vice-cacique Kaingang Isaías da Rosa Kaigõ e a liderança Deivid C. Kaigõ sofreram um atentado a tiros, disparados por dois homens não identificados. Os indígenas trafegavam de carro, em direção à comunidade Campo do Meio, quando foram emboscados e o carro alvejado por diversas balas. Isaías da Rosa Kaigõ foi atingido na região da coluna, Deivid não foi atingido. A comunidade Kaingang prestou os primeiros socorros e encaminhou o vice-cacique para o hospital de Passo Fundo.

As lideranças da comunidade Kaingang Re Kuju comunicaram imediatamente o violento atentado às autoridades policiais, porém nenhuma diligência foi realizada. Tampouco as polícias compareceram ao local do atentado para o levantamento dos fatos, a apuração dos responsáveis pelos disparos e a investigação dos motivos. As lideranças Kaingang irão formalizar uma denúncia junto ao Ministério Público Federal de Passo Fundo, exigindo a identificação e criminalização dos autores, que estavam em uma caminhonete. Esta não é a primeira vez que atentados com arma



Mesmo diante dos constantes ataques às comunidades indígenas, investigações não são realizadas

de fogo acontecem contra a comunidade Kaingang da TI Re Kuju.

O Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) exigem a pronta investigação, criminalização e punição dos autores e mentores dos atentados à integridade física e da disseminação do preconceito e discriminação social cometidos contra as comunidades indígenas no Rio Grande do Sul.

O Comin e o Cimi reiteram a urgência no atendimento pelos governos (federal e estadual) aos direitos territoriais tradi-

cionais indígenas, através dos processos de demarcação das terras indígenas, que se encontram paralisados em decorrência de interesses alheios ao direito ancestral, reconhecido pela Constituição Federal e por acordos internacionais que o Brasil firmou. O adiamento no reconhecimento deste direito é identificado como uma das motivações para a elevação da violência contra os povos e as comunidades indígenas no Brasil, bem como para a promoção de campanhas difamatórias e preconceituosas contra as comunidades indígenas. ♦

Depois de incêndio criminoso, Pataxó sofrem com ataques diários e crianças passam as noites em caixas d'água

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

“Os pais colocam as crianças dentro de caixas d'água e dormimos pelos cantos das casas feitas de pau a pique. Toda noite tem sido assim, depois que os ataques começaram”. A situação é contada por R, indígena Pataxó da aldeia Cahy, Terra Indígena Mexatibá, no extremo sul baiano. Desde o dia 11 de agosto, a comunidade composta por 72 famílias vem sendo, dia após dia, incendiada, atacada e os indígenas ameaçados, além de ofendidos racialmente. Nem mesmo a escola indígena foi poupada dos ataques.

Na primeira agressão, homens armados invadiram a aldeia e atearam fogo na maloca de artesanatos e objetos de uso tradicional e religioso. O atentado ocorreu na madrugada do dia 11. Na ocasião, dispararam com pistolas contra as casas de pau a pique, que ladeiam uma retilínea rua de terra. Nos dias seguintes, de forma ininterrupta, até a noite do dia 17, homens em motos passaram a percorrer o trajeto da rua atirando contra as moradias.

“Estamos assim, sitiados. A noite virou um terror: ninguém sai de casa, as crianças são colocadas nas caixas d'água e quem não se sente protegido some no mato. A gente dorme cada dia num canto, onde



A maloca de artesanatos e objetos de uso tradicional e religioso foi incendiada na TI Mexatibá, do povo Pataxó

cada um pensa que os tiros não chegam”, conta J. Pataxó. Conforme os indígenas, as ações são em represália à identificação territorial - ocorrida no final de julho. “A Funai, depois de tanto tempo, não aprendeu que não adianta só publicar, com muito custo, que a terra é nossa. Nessas bandas aqui papel não significa nada. Precisa proteger, trazer a Polícia Federal, tirar os invasores. Porque aqui temos paus e flechas. Dá contra arma de fogo?”, questiona a indígena. Pela manhã, quando saem das casas, recolhem as “cascas” dos projéteis disparados pelos pistoleiros, noite afora. “As cascas, as marcas de tiro, a apreensão: está tudo lá para quem quiser

conferir”, diz J. ao pedir que as autoridades confirmem de perto os relatos. Depois de duas decisões da Justiça Federal pela reintegração de posse das aldeias Cahy e Gurita, a Funai publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mexatibá, anteriormente chamada de Cahy-Pequi, situada no distrito de Cumuruxatiba, município de Prado (BA). O que fora motivo de alegria aos Pataxó, ansiosos pela publicação da identificação desde 2013, passou a ser motivo de ódio aos que reivindicam o território tradicional como propriedade particular. Boa parte dessas ocupações, conforme os indígenas, são irregulares, ou seja, consideradas de má-fé e, por isso, não serão indenizadas. “Aqui tem lixão, assentamentos do Incra com lotes comprados por terceiros, fazendas, retirada ilegal de areia e madeira, resorts, hotéis. Boa parte sem título de posse, quando muito com contrato de compra e venda. Avisamos que essa gente que não tem direito de indenização ia reagir”, conta D. Pataxó. ♦

Pauta Indígena

3/8

• Associação Nacional de História divulga moção de repúdio ao governo e ao ministro da Justiça

4/8

• Indígenas do sul da Bahia debatem desafios da educação escolar indígena

5/8

• Aumento da violência contra os povos indígenas é debatido no Senado Federal

10/8

• Na Bahia, rebeldia e memória dos povos do campo reafirmam luta por ruptura sistêmica

• Indígenas do MS e RS protestam em frente ao Palácio do Planalto por direitos territoriais

11/8

• Justiça multa Funai por não cumprir ordem para demarcação de terra Munduruku

• Povos indígenas de RR denunciam invasões a territórios homologados

• Especialista da ONU exorta o Brasil a não despejar Guarani e Kaiowá de suas terras

• MPF ajuíza ação para Ministério da Justiça decidir demarcação da TI Taunay-Ipegue

12/8

• Juiz estadual determina reintegração de posse em terra indígena do povo Mura

13/8

• Indígenas ocupam Ministério da Justiça e exigem presença de ministros

18/8

• “Agenda Brasil”: mais um engodo para salvar o governo petista

19/8

• TRF-1 determina a realização de um novo júri para delegado envolvido no assassinato de Vicente Cañas

21/8

• Contra o fim da educação diferenciada em RR, indígenas seguem acampados na porta do Palácio do Governo

• Sem cumprir condicionantes, Belo Monte provoca o caos na saúde indígena no Xingu

• Demarcação em MS deve ser retomada após 3 anos e meio de paralisação

• Kanela Apãnjekra relatam ao STF massacre sofrido durante ditadura militar

26/8

• Bispo de Dourados (MS) se pronuncia contra ataques ao Cimi e à CNBB

27/8

• Conselheiro da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, é assassinado

28/8

• Boatos incitam violência contra indígenas de Nãnderú Marangatú, em Antônio João

30/8

• Ruralistas comandam Estado Paramilitar no Mato Grosso do Sul

• Corpo de Guarani e Kaiowá assassinado é entregue à comunidade

• Conselho do Povo Terena denuncia agrobandidismo e declara apoio aos Guarani e Kaiowá

31/8

• Ataques contra os povos indígenas no MS se intensificam, governo federal segue inerte

• Vamos continuar lutando e defendendo nosso direito e os direitos dos nossos filhos, netos e bisnetos até morrer!

As relações reveladas pela língua

Utilizando, pela primeira vez no Brasil, as teorias da Etnossintaxe para tratar dos eventos de fala dos Apyãwa, conhecidos como Tapirapé, autora nos leva a compreender as delicadas relações socioculturais desse povo através da sua língua

Leda Bosi, Documentalista

“A língua é muito importante como era antes usada pelos nossos ancestrais. Usamos a língua Apyãwa. Até a própria linguagem no cumprimento entre as famílias foi organizada”
 Mareapargy Lisete Tapirapé, 2006

O livro *A língua dos Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe*, escrito por Eunice Dias de Paula, apresenta um estudo incomum em línguas indígenas brasileiras. Não traz uma descrição da gramática de uma língua, ao estilo tradicional, ou nos marcos de uma abordagem tipológica, comum a outros trabalhos. A tese de doutorado, agora transformada nesse livro, utiliza, pela primeira vez no Brasil, as teorias da Etnossintaxe para tratar dos eventos de fala dos Apyãwa. Com a Etnossintaxe, a autora nos leva a compreender, nos eventos de fala, como a língua revela e desvela as delicadas relações socioculturais dos Apyãwa.

Os Apyãwa, conhecidos na literatura linguística e antropológica como Tapirapé, vivem, atualmente, em duas áreas indígenas situadas na região nordeste do Mato Grosso: a Terra Indígena Urubu Branco e a área indígena Tapirapé-Karajá.

Segundo Herbert Baldus, eles teriam migrado desde o litoral atlântico, fugindo da violência dos colonizadores portugueses. O avanço da ocupação colonial em especial no século XIX diminuiu os espaços dos povos indígenas, lançando uns sobre os outros e intensificando os conflitos armados entre eles, além dos enfrentamentos com os colonizadores.

Estima-se que no ano de 1900 a população dos Apyãwa variava entre mil e 1.500 pessoas. No século XX foram atingidos por doenças que dizimaram a maior parte das comunidades e em 1947 os Tapirapé somavam apenas 59 pessoas. Com a presença e contribuição das Irmãzinhas de Jesus, o povo voltou à vida, chegando novamente a mil pessoas em 2010.



A língua dos Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe
 Eunice Dias de Paula, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014
 304 p

A história que se revela nesse livro coloca o leitor em contato com a cultura Apyãwa, viva em sua língua, igualmente fortalecida.

O foco do estudo é a vida da língua Tapirapé, o significado de seu funcionamento na vida desse povo que a defendeu e conservou, apesar de todos os percalços. É a história trágica mas vitoriosa da sobrevivência de uma língua indígena.

Complementando e seguindo a análise do linguista Wilmar D'Angeli, o objeto de estudo são os eventos de fala na língua dos Apyãwa, conforme a abordagem etnográfica da comunicação, segundo Dell Hymes. Para isso, os eventos de fala são contextualizados histórica, sociocultural e linguisticamente, compondo o cenário em que eles acontecem, de modo a permitir sua análise na perspectiva da Etnossintaxe. Com isso se busca conhecer e destacar os valores

da sociedade Apyãwa, inscritos na própria língua.

Na presente obra são analisadas, como eventos de fala, as formas padronizadas de saudação em Tapirapé (com seus traços de polidez e cortesia). O sistema de saudações pessoais entre os Apyãwa permanece bastante vivo, embora a língua esteja sofrendo muitas pressões por parte da língua portuguesa. Observa-se que as saudações constituem uma série de expressões que apresentam formas fixas e são proferidas pelas

pessoas em situações socioculturais definidas. Há saudações para quem chega a uma casa; para se despedir da família da casa; para alguém que viaja para longe; outras de pura cortesia e outras ainda ditas quando se encontra alguém no caminho. São diferentes conjuntos de saudações com regras sociolinguísticas pertinentes a cada conjunto.

São analisadas, ainda, como eventos de fala, as narrativas mitológicas, os cantos rituais, os de nomeação. É praticamente impossível que um ritual aconteça sem que os atos de fala próprios a cada um deles sejam proferidos. No que se refere ao ritual de nomeação, o processo configura uma prática sociocultural extremamente significativa, constitutiva de um modo de ser e de viver que caracteriza os Apyãwa como um povo etnicamente diferenciado. Os nomes recebidos identificam faixas etárias, gênero, o grupo familiar ao qual se pertence e, até mesmo, a posição da pessoa na organização social. Este ritual se encontra seriamente ameaçado diante das interações crescentes do povo com a sociedade nacional. O estudo mostra a relação entre tais eventos de fala e a produção escrita dos indígenas, a partir do ensino escolar iniciado entre eles há quatro décadas.

No final do livro, além de uma ampla bibliografia, encontramos nos Anexos alguns mitos do povo Tapirapé, tanto na língua Apyãwa como sua tradução. ♦

A autora Eunice de Paula é missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e integra o Grupo de Educação e Línguas Indígenas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Viveu entre os Apyãwa desde a década de 1970 e junto com Luiz de Paula, também missionário do Cimi, trabalhou na criação e no desenvolvimento da primeira escola deles. “Quando lemos seu trabalho não ‘pressentimos’ o barulhinho de um gravador, mas escutamos a alegria cotidiana de uma aldeia cheia de vida”.

Assine o

PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

A tragédia indígena no Canadá

“A educação dos índios não deve simplesmente consistir no treinamento de suas mentes, mas também na eliminação dos hábitos e sentimentos de seus ancestrais, na aquisição de novas linguagens, artes e costumes da vida civilizada”

Egerton Ryerson,
Superintendente de Educação do Canadá em 1847

Elaine Tavares, Jornalista e membro da equipe executiva do Iela*

Desde os anos 90 do século passado que a América Latina viu crescer – em uma nova e forte onda – a luta dos povos indígenas pelo direito à sua cultura e ao seu modo de vida. Considerando que a invasão das terras de *Abya Yala* provocou morte, destruição e genocídio, esse movimento de ascensão das lutas indígenas é também um processo de reconstrução da memória. A verdade sobre o “descobrimento” é a realidade da dor e da negação de centenas de povos, nações e civilizações que aqui já existiam antes da chegada dos invasores.

Mas, não é apenas a América Latina que se levanta em luta. Na parte norte da América, os povos indígenas também fortalecem as batalhas pela verdade, desvelando as chagas do extermínio de suas gentes.

No Canadá, por exemplo, existe hoje uma campanha para que toda a população saiba o que aconteceu com os povos originários depois da chegada dos colonizadores e também num passado não muito distante, como é o caso das “Escolas Residenciais”, criadas para o que chamavam de “reeducação” dos indígenas. Na verdade, um crime contra a vida, um genocídio cultural sem precedentes. Essa é uma tenebrosa história que está vindo à tona a partir da denúncia dos sobreviventes, visto que elas existiram até o ano de 1993.

Segundo informações da Comissão da Verdade e da Reconciliação, desde a invasão do Canadá sabe-se que as igrejas realizavam uma sistemática ação de destruição da cultura, através da evangelização, mas a partir do ano de 1840, o Estado oficialmente assume uma parceria ao criar as primeiras escolas para indígenas na cidade de Ontário. O governo, então, dava os recursos, e as igrejas providenciavam a “educação”. Só que o que era para ser um processo de inclusão dos povos originários à vida do país acabou sendo um circo de horrores.

Em 1898 já existiam 54 escolas no país dentro do modelo de “Escolas Residenciais”, o que no Brasil se assemelharia aos internatos. E era para esse tipo de escola que eram mandadas as crianças indígenas, num atentado sem limites contra suas crenças e seus costumes. Em 1946 foi registrado o número máximo de escolas: 74. E, segundo a lei, os pais que se recusassem a mandar os filhos eram punidos criminalmente. Não havia escapatória. Os indígenas eram obrigados a enviar os filhos para o inferno.

Mais de 150 mil crianças foram praticamente sequestradas, separadas de seus pais e internadas nas escolas que eram mantidas pelas igrejas Anglicana, Católica, Presbiteriana e Metodista. Ali não era permitido falar o idioma indígena e todos os costumes autóctones eram negados. “Eles diziam que éramos do diabo”, lembra uma das sobreviventes. O objetivo era formar “europeus de pele escura”, eliminando o contato com a família e apagando o passado cultural.



Thomas Moore antes e depois de sua entrada na Escola Residencial Indígena Regina, em Saskatchewan, no Canadá

Não bastasse isso, muitas dessas crianças eram submetidas a violências de toda a ordem, inclusive sexuais. A comissão que hoje trabalha para trazer à luz todos esses crimes, cometidos com o apoio do Estado canadense, já documentou 3.200 mortes de crianças nessas escolas, decorrentes de maus tratos, abandono e suicídio. “O governo canadense manteve essa política de genocídio cultural porque queria se desvincular de suas obrigações legais e financeiras com os povos indígenas e assim poder controlar suas terras e seus recursos”, denunciam.

Segundo o relatório da Comissão, as denúncias de maus-tratos e violências já começaram a pipocar no final dos anos 1940, mas poucos se importaram. Conta-se que havia diferenças no trato das crianças conforme as diferentes igrejas, mas, ao fim, todas elas partilhavam da ideia-chave da proposta que era defendida por Egerton Ryerson, Superintendente de Educação do Canadá no ano de 1847 e que iniciou a malfadada experiência: “A educação dos índios não deve simplesmente consistir no treinamento de suas mentes, mas também na eliminação dos hábitos e sentimentos de seus ancestrais, na aquisição de novas linguagens, artes e costumes da vida civilizada”.

No início do século XX, uma nova lei reforçava a ideia das escolas residenciais e o apagamento da cultura autóctone, e em 1920 encontra-se o registro da fala do Superintendente Geral da Casa dos Comuns, Duncan Campbell Scott, que mostra bem qual era a intenção dos nobres governantes: “Nosso objetivo é continuar até que não exista um só índio no Canadá que não tenha sido absorvido ao corpo político e que já não exista qualquer problema indígena no Departamento Índio. Esta é a meta dessa lei”. E assim, por mais de cem anos, as crianças indígenas foram submetidas à tortura e ao esquecimento de sua origem.

Mas homens como Duncan e outros da sua estirpe jamais poderiam entender que um mundo não se destrói assim, à força. Seria preciso que todos fossem eliminados fisicamente. O que não aconteceu. Assim,

apesar de toda a dor, de todo apagamento cultural, a vida indígena resistiu e, hoje, os sobreviventes da tragédia das escolas residenciais abrem a caixa de pandora do mundo “civilizado, primeiromundista” do incensado Canadá.

São momentos de muita emoção os vividos pelos sobreviventes nos inúmeros encontros que realizam para contar suas experiências. Campanhas midiáticas foram criadas para que a verdade venha à tona e para que o governo do Canadá reconheça os crimes do Estado.

Depois de todo o processo desencadeado pela Comissão, o governo já pagou mais de quatro milhões [de dólares canadenses] em compensação pelos danos causados e o primeiro-ministro do país [Stephen Harper] pediu desculpas oficiais [em 11 de junho de 2008], mas os indígenas não consideram isso suficiente. Por isso, ainda lutam pela consolidação de uma série de demandas e recomendações sobre o tema, que somam 94.

Entre as reivindicações, os indígenas exigem que as famílias sejam mantidas juntas, que a cultura originária seja protegida, que falar sua própria língua não seja proibido e que se crie uma Lei de Línguas Indígenas, que não haja mais castigo para as crianças indígenas, que seja garantido o direito de viver sua cultura, que se crie uma política de educação capaz de garantir ao indígena a sua real inserção na vida do país, que haja um pedido de desculpas oficial por parte dos líderes das igrejas e que haja uma lei garantindo a proteção das comunidades indígenas.

O mundo precisa saber que até os anos 1990 crimes dessa natureza ainda eram cometidos no Canadá. É uma luta dura e difícil, mas a qual os povos indígenas do Canadá estão determinados a travar. Pela verdade e pela justiça.

Com eles, estamos! ♦

Guaikuru: entre os afagos e a guerra

Benedito Prezia, Historiador

Após o ataque ao Forte Coimbra (ver edição nº 377 do *Porantim*, de agosto de 2015, pág. 16), os Guaikuru desapareceram da região do médio Paraguai temendo uma represália, embora continuassem a atacar periodicamente brasileiros e paraguaios que estivessem invadindo seu território.

Um acordo de paz era o anseio de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Mas ele não foi concretizado porque a estrutura social Guaikuru, dividida em clãs e com aldeias autônomas, dificultava bastante esse intento. No final de 1789, seu irmão, João de Albuquerque, colocou essa tarefa como uma de suas metas principais. Logo que assumiu o governo, ele começou a articular uma estratégia para alcançá-la, pois era melhor tê-los como amigos do que como inimigos.

Do lado indígena, a aproximação veio através do cacique Kaimá, que vivia a muitas léguas do Forte Coimbra, rio abaixo. Os militares do forte mandavam constantes sinais de amizade, até que um dia ocorreu

uma primeira visita desse cacique com alguns guerreiros. Onze anos haviam se passado desde o massacre do forte. Embora receosos, os indígenas foram bem recebidos.

Com a retomada do diálogo, o governador pediu que o capelão do forte, padre João José Gomes da Costa, fosse à aldeia de Kaimá, numa missão de paz. Assim, no início de 1790, com uma escolta de 45 soldados, após uma viagem por rio e terra, o encontro se deu, com troca de presentes e o desarmamento dos espíritos.

As negociações de paz foram reforçadas com a participação de outro cacique, Amavidi Chané, provavelmente de origem Terena, como seu nome indica. Dessa forma articulou-se uma ida desses Guaikuru, com suas famílias, à Vila Bela, capital da província, onde chegaram no final de julho de 1791. Recebidos com roupas, afagos e muita comida, dispuseram-se a ser súditos da rainha de Portugal, Dona Maria I. Receberam título de capitão e nomes portugueses: Kaimá tornou-se João Queima de Albuquerque e Amavidi Chané recebeu o nome Paulo Joaquim José Ferreira.

No documento oficial assinado pelo governador lê-se: (...) “em nome de sua nação [esses caciques], se sujeitarão e protestarão uma cega obediência às leis de Sua Majestade para serem de hoje em diante reconhecidos como vassalos da mesma Senhora [a rainha]”.

No texto não se fala de delimitação de território, pois não havia interesse por parte do reino português em demarcar terras indígenas. Desejava-se apenas uma aliança militar, que transformasse os Guaikuru em “guerreiros de Sua Majestade”, como aconteceu mais tarde, na Guerra do Paraguai.

O território tradicional Guaikuru sempre havia sido bastante extenso devido à vida seminômade que este povo levava. Mas cada vez mais suas terras eram invadidas por fazendeiros, que iniciavam as criações de gado. Ainda no início do século XX, a área estimada era de mais de 6 mil km², compreendendo a ilha fluvial de Nabileque, com 5.700 km², além de 800 km² de áreas adjacentes, como calculou o agrimensor francês Rivasseau, que por lá passou em 1907**.

Nesse início da República, competia às províncias legislar sobre as terras indígenas. No entanto, Mato Grosso vivia um período conturbado, sacudido por movimentos revolucionários, e os povos indígenas continuavam à parte, testemunhando a invasão de suas terras.

O acordo de paz pouco representou para os Guaikuru e, por isso, outros caciques continuaram sua tradição andarilha, vagando pela região, negociando cavalos e carneiros. Algumas vezes, quando necessitavam de armas, atacavam algum destacamento militar.

Era o que havia ocorrido, algumas décadas antes, com o assalto ao Forte San Salvador, construído pelo governo paraguaio, à margem esquerda do Rio Paraguai, um pouco abaixo da foz do Rio Apa, hoje território brasileiro.

Por volta de 1860, um grupo de Guaikuru, liderado pelo cacique Nauvilla, atacou a fortaleza, matando vários soldados. Em seguida, dirigiu-se a uma povoação, situada à beira do forte, em busca de alimentos. Avisadas a tempo, as mulheres conseguiram fugir, exceto uma que foi capturada com um bebê, de apenas um ano e meio de idade.

Juancito, como era chamado, foi criado na aldeia pela própria mãe até os 5 anos, quando essa veio a falecer. Ao contar sua história, afirmou que não sabia quem era seu pai, mas é possível que fosse indígena. Foi adotado por uma família nobre, que o incorporou à sua classe. Joãozinho integrava-se cada vez mais à cultura Guaikuru, destacando-se entre os jovens da aldeia. Já crescido, recebeu o título de Capitãozinho, entrando para a categoria do “capitão de favor”, por ser um elemento não Guaikuru. Com o tempo, por sua lealdade e bom senso, tornou-se o braço direito do grande cacique Guasu Ækã, com direito à sucessão.

Teve várias esposas, sendo uma delas Jivajhãá, que se destacou pela bravura e pelo amor que lhe devotava. Esta história foi relatada (na edição nº 337 do *Porantim*, de agosto de 2011, p. 16). Vale a pena reler a vida dessa heroína indígena. ♦

* Carta de Paz, 30 de julho de 1791, Arquivo da Câmara de Cuiabá, apud BERTELLI, Antônio de Pádua, *Os fatos e os acontecidos com a poderosa e soberana nação Guaycurús*, 1987, p. 120-121.

** RIVASSEAU, Emilio, *A vida dos índios Guaycurús*, 1936, p. 182.

